INSTITUTO DE INVESTIGACIONES GINO GERMANI

VII Jornadas de Jóvenes Investigadores

6, 7 y 8 de noviembre de 2013

Luana Siqueira

Professora Adjunta da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Luanass81@yahoo.com.br

Eje problemático 12:Desigualdades y Estructura Social: Producción, reproducción y cambio

"Alívio à Pobreza": as propostas e análises do Banco Mundial

O presente trabalho tem por objetivo analisar o trato teórico e as propostas de enfrentamento dado ao fenômeno da pobreza pelo Banco Mundial. Num cenário de crescente pobreza, absoluta e relativa, cujo avanço da ofensiva neoliberal imprime um papel para o Estado, mínimo para o social e máximo para o capital (nos termos de Netto, 1999), as agências multilaterais se consagraram como as mais apropriadas para promover ações e políticas de "alívio à pobreza", ou seja: "ajuda internacional" mediante transferência de capitais e tecnologias. É diante desse contexto que o Banco Mundial vem assumindo a expressão do multilateralismo e se tornando o principal promotor das "políticas de combate à pobreza", sobretudo nos países da periferia. Assim, nosso objetivo é analisar as mudanças de propostas para enfrentar a pobreza ao longo das últimas décadas.

O que propõe e quais os objetivos do Banco Mundial?

Num cenário de crescente pobreza, absoluta e relativa, cujo avanço da ofensiva neoliberal imprime um papel para o Estado, mínimo para o social e máximo para o capital (nos termos de Netto, 1999), as agências multilaterais se consagraram como as mais apropriadas para promover ações e políticas de "*alívio à pobreza*", ou seja: "*ajuda internacional*" mediante transferência de capitais e tecnologias. É diante desse contexto que o Banco Mundial vem assumindo a expressão do multilateralismo e se tornando o

principal promotor das "políticas de combate à pobreza", sobretudo nos países da periferia.

A criação do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ocorreu em um momento decisivo para a economia capitalista: o fim da Segunda Guerra Mundial. Seus estatutos foram aprovados por representantes de países aliados aos vencedores do conflito, durante a conferência de *Bretton Woods*[1] (1944), convocada pelo presidente dos EUA para reformular o sistema monetário e financeiro global.

Inicialmente voltado apenas para a reconstrução da Europa, devastada pelos confrontos bélicos, o BIRD atuou em situações de desastre natural, emergência humanitária e reabilitação pós-conflito. No entanto, ao longo dos anos, suas ações, sempre entrelaçadas aos grandes investimentos financeiros, se direcionam principalmente para erradicar a pobreza nos países "periféricos". O afamado discurso de Robert McNamara, em Nairobi (1973), consagra a ideia de que a pobreza é uma "ameaça" ao desenvolvimento e à segurança mundiais, conforme os estudos de Farias e Martins (2007: 204).

Segundo os documentos produzidos pelo próprio Banco Mundial, entre seus objetivos estão o de fomentar e promover as políticas de combate à pobreza, em articulação com os governos nacionais dependentes da sua ajuda. Segundo informa:

> O Banco Mundial é a única agência supranacional de financiamentos que angaria fundos nos mercados financeiros internacionais para combater a pobreza através do financiamento de projetos nos países em desenvolvimento; ajuda a atrair investimentos privados através de co-investimentos; oferece aconselhamento econômico e técnico aos países membros (BANCO MUNDIAL, 2007).

A partir da década de 70 o Banco Mundial vem apresentando interesse no trato à pobreza. Marcados por turbulências financeiras, os anos 1980 (segundo surge desse documento; BANCO MUNDIAL, 2007) são denominados de "década perdida". Somente em 1990 a pobreza passa a constituir-se como um tema central, sendo um

---

[1]. Segundo Montaño e Duriguetto (2010: 360), em Bretton Woods se diferenciaram regras e instituições para as relações comerciais e financeiras com o fim de reconstruir o capitalismo nos finais da segunda Guerra Mundial, assim foram criados o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) – depois dividido em Banco Mundial (BM) e o Banco para investimentos internacionais – e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Suas principais disposições, ratificadas pelos países capitalistas, orientam-se a uma política monetária cambiária (adoção do padrão-ouro indexada ao dólar) e a atribuição ao FMI para o estabelecimento de créditos, ampliando o endividamento dos países e sua dependência por este organismo. O sistema Bretton Woods foi cancelado em 1971 por Richard Nixon (o então presidente dos EUA).

marco nas representações acerca do fenômeno. De acordo com sua introdução, "o presente relatório trata da pobreza no mundo em desenvolvimento – ou seja, trata dos pobres mais pobres do mundo. Busca, em primeiro lugar, medir qualitativa e quantitativamente a pobreza" (Banco Mundial, 1990: 01). O relatório classifica a pobreza conforme a situação econômica, medida pelo Produto Nacional Bruto (PNB) per capita. Sendo assim, predomina o conceito de pobreza assentado em indicadores econômicos, como a renda per capita. Como aparece no trecho a seguir:

> os grupos de países adotados neste relatório são assim definidos: economias de baixa renda são aquelas com PNB per capita igual ou inferior a U$ 545,00 em 1988; economias de renda média são aquelas com PNB per capita superior a U$ 545,00, mas inferior a U$ 6.000,00 em 1988; economias de alta renda são aquelas com PNB per capita igual ou superior a U$ 6.000,00 em 1988 (BANCO MUNDIAL, 1990: X).

No relatório de 1990, a estratégia do Banco Mundial para reduzir a pobreza "de modo rápido e politicamente sustentável" concentra-se em fatores relacionados: transferência renda, atividade laborativa e promoção de atividades vinculadas à assistência social. Pois o êxito desta estratégia dependeria dos "países clientes" seguirem fielmente suas diretrizes, condição indispensável para receber "ajuda" dos organismos internacionais, como mostra a citação a seguir:

> a ajuda externa deveria vincular-se mais estreitamente aos esforços que os futuros beneficiários se mostrassem dispostos a fazer para reduzir a pobreza (...). Reafirma-se assim a convicção de que a ajuda só funciona bem quando é acompanhada de uma boa estratégia desenvolvimentista (BANCO MUNDIAL, 1990: 4).

A proposta do BM é de reduzir a pobreza (extrema), de *aliviá-la*, pois parte do suposto de que "seria possível, *com pouco ônus para os países industrializados*, obter os recursos externos necessários ao custeio desta estratégia" (BANCO MUNDIAL, 1990: 6). Ainda mais, se declaradamente esta estratégia não exige elevados custos aos países centrais, nem ao capital, nem limites à acumulação capitalista, ela também tem consequências políticas para os países periféricos, na medida em que a realização dessas propostas de "ajuda" internacional para combater a pobreza deixa os países "assistidos" ainda mais *dependentes*, financeira e tecnicamente. Ou seja, ao definir como e em que estes recursos serão empregados, a instituição multilateral impõe aos "clientes" pobres uma determinada modalidade de "trabalho" e de "assistência", elementos-chave da sua proposta de combate à pobreza, assim como exigências e condicionalidades para as políticas econômica e social desses países "assistidos". Esta estratégia marcou a política do BM de combate à pobreza nos anos 90.

Passada uma década desde 1990, o Banco Mundial esclarece, no prefácio do *World DevolpmentReport* de 2000/2001, que *não atingiu suas metas de redução da pobreza*. Pelo contrário, o número de pobres aumentou tanto na América Latina, no sul da Ásia e África Subsaariana como nos países da Europa e Ásia Central, em transição para a economia de mercado (BANCO MUNDIAL, 2002: 3). A instituição admite as dificuldades em combater a pobreza e sua complexidade.

Na tentativa de expor melhor o problema, primeiramente, o Banco Mundial apresenta uma breve retrospectiva acerca das distintas estratégias desenvolvimentistas adotadas pelos países, sob sua orientação, nas últimas décadas, afirmando assim que:

> nos anos 1950 e 1960, muitos consideravam os grandes investimentos em capital físico e infra-estrutura como a principal via de desenvolvimento. Nos anos 1970, aumentou a conscientização de que o capital físico não era suficiente: a saúde e a educação tinham pelo menos a mesma importância... Nos anos 1980, após a crise da dívida, recessão global e experiências contrastantes (...) a ênfase passou a ser atribuída à melhoria da gestão econômica e liberação da força do mercado. Nos anos de 1990, o governo e as instituições passaram a ocupar o centro do debate, ao lado das questões de *vulnerabilidade* no âmbito local e nacional (BANCO MUNDIAL, 2002: 6).

Sua estratégia de redução da pobreza (extrema), anteriormente baseada na oferta de trabalho e de assistência social, *é modificada na década de 2000*. Agora, trata-se de "*promover oportunidades, facilitar a autonomia e aumentar a segurança dos pobres*" (*ibidem*). O conceito de pobreza se amplia, passando a abranger outros fatores. De acordo com o documento de 2000/2001 (*idem*: 12): "a estratégia apresentada neste relatório reconhece que a *pobreza é mais do que renda ou desenvolvimento humano inadequado*; como também *vulnerabilidade, falta de voz, poder e representação*"; incorporando assim uma visão multidimensional da pobreza, supostamente mais abrangente que a visão "econômica".

Ainda mais, no entendimento do Banco Mundial, os maiores responsáveis pelo malogro das suas iniciativas de combate à pobreza são os Estados nacionais. Os governantes dos países pobres seriam elitistas, ineficientes, corruptos, frágeis, incapacitados, como consta nos fragmentos a seguir (BANCO MUNDIAL, 2002):

> Outra causa de *vulnerabilidade* é a incapacidade do Estado ou da comunidade em desenvolver mecanismos de *redução* ou *alívio dos riscos* que os pobres enfrentam. (*idem*: 37).
>
> Em muitos casos, os governos são mais sensíveis aos interesses da elite do que às necessidades de segmentos pobres (...) (*idem*: 39).

> A melhoria da administração pública também requer o reforço da capacidade administrativa e reguladora e a redução da corrupção. O ônus da corrupção em pequena escala recai desproporcionalmente sobre os pobres (...) (*idem*: 39-40).

Ainda no mesmo relatório, o Banco Mundial faz referência ao documento "*Voiceofthepoors*", elaborado em parceria com universidades, que representou uma tentativa de compreensão "da realidade de mais de 60.000 homens e mulheres pobres de 60 países. Este estudo mostra que os pobres são *agentes ativos* em suas vidas, mas em geral não conseguem influenciar os fatores econômicos e sociais que determinam seu bem-estar" (BANCO MUNDIAL, 2002: 3). A pesquisa justifica o *novo posicionamento da instituição diante da pobreza*, redefinida em uma perspectiva *multidimensional*, sendo incorporados à análise aspectos ambientais e psicológicos. Neste contexto, afirmam, faz-se necessário "ouvir" diretamente aqueles que há tempos vivem quase sob as mesmas condições de penúria e se mostram "incapacitados" para romper com o círculo vicioso da miséria.

A suposta "novidade" nesta estratégia é que o Estado já não será o agente fundamental na proteção das "populações pobres" ou de "risco social", mas as próprias comunidades vulneráveis mobilizarão seus recursos para reverter a situação, numa espécie de "empoderamenteo". Neste sentido, afirma Pizzarro ao ressaltar a nova concepção do Banco Mundial sobre os pobres, que "agora devem ser vistos como administradores estratégicos de um portfólio complexo de *ativos*", que a estratégia atual para combater a pobreza deve se orientar a "constatar e valorizar os *recursos* e *capacidades* que os pobres têm, em vez de insistir na escasses de ingressso, como o enfoque da pobreza faz" (*in* ARREGUI e WANDERLEY, 2009: 156).

Diante dos fatos é possível constatar que a instituição modifica sua concepção de pobreza e as estratégias para combatê-la, com o passar de uma década. Apesar de admitir a precariedade dos seus métodos anteriores, permanece a individualização da pobreza (ora como incapacidade do sujeito, ora como "vulnerabilidade" em relação ao contexto), a desarticulação da pobreza em relação à acumulação de riqueza, e a crença na força do comércio e na gestão capitalista como premissas da sua atuação programática para erradicar a pobreza. Outra publicação do Banco Mundial é o livro "*Globalização, crescimento e pobreza*" (BANCO MUNDIAL, 2003), em cujo prefácio se afirma que "o foco da nossa pesquisa está no impacto da integração econômica sobre os países em desenvolvimento, em especial sobre a população pobre que vive nesses

países" (*idem*: 9). Nele, a instituição reitera que o fracasso das suas ações deve ser atribuído, em grande parte, a "políticas econômicas incompetentes, bem como desemprego e nacionalismo exacerbado, [que] levaram os governos a adotar o protecionismo" (*ibidem*). Ainda, como consta na mesma fonte, para acentuar seu ideal de sucesso apresenta os Estados Unidos como exemplo de país desenvolvido e próspero: "a maior e, em alguns aspectos, a mais bem-sucedida economia do planeta, oferecendo a milhões de pessoas pobres uma oportunidade de crescer e prosperar" (*idem*: 33).

Incorporando o papel de "protetor" das nações pobres, o Banco Mundial sublinha, mais uma vez, que a ajuda internacional é o único meio destes países progredirem e se adaptarem à nova "realidade global":

> Nações de baixa renda em processo de reforma têm dificuldade em atrair investimentos. Aqui a ajuda internacional pode ter um papel complementar de grande valor para auxiliar os países em processo de reforma de suas políticas com a esperança de se tornarem globalizados. Logo, umas das razões pelas quais a ajuda internacional aumenta o crescimento nos países com ambientes de boas políticas é que ela atrai investimentos (BANCO MUNDIAL, 2003: 98-9).

Com tal definição de pobreza o BM pretende identificar, quantificar e qualificar os pobres. A partir das condicionalidades impostas pelo BM aos países que demandam de apoio técnico e financeiro para receberem "ajuda" ou empréstimos, condiciona-se a política econômica desses países, colocando-os como reféns de suas normas e sua compreensão do que é melhor para o "desenvolvimento humano", para os trabalhadores e para as relações de produção, assim como indicam e fomentam instituições que estão direta ou indiretamente vinculadas aos interesses do poder hegemônico (organizações não governamentais, fundações, entre outras).

Sob a retórica de construir um mundo sem pobreza, o BM na verdade a reforça, incentivando a acumulação da riqueza socialmente produzida. Seja pelos incentivos às dívidas públicas, ou seja por apresentar soluções pontuais, com saídas temporárias das mais desumanas formas de vida, ou desenvolvimento econômico, tecnológico e científico sem distribuição igual do seu produto, o BM demonstra seu lugar e sua opção política nessa sociedade, estruturada por interesses de classes antagônicos.

Em face do panorama global de pobreza e desigualdade, a comunidade internacional fixou várias metas para os primeiros anos do século, com base nos debates

ocorridos em várias conferências das Nações Unidas realizadas nos anos 90, são elas (ver "Os objetivos do Milênio", da ONU, *in* BANCO MUNDIAL, 2000: 6):

> _ Reduzir pela metade a proporção de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema (menos de 1 dólar por dia);
>
> _ Assegurar educação primária universal;
>
> _ Eliminar a desigualdade por sexo na educação primária e secundária (até 2005);
>
> _ Reduzir em dois terços a mortalidade infantil;
>
> _ Reduzir em três quartos a mortalidade materna;
>
> _ Assegurar acesso universal a serviços de saúde reprodutiva;
>
> _ Implementar estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável em todos os países até 2005, para reverter a perda de recursos ambientais até 2015.maioria para 2015, incluem a redução da pobreza e privação.

Diante de tantas metas, nos questionamos: será possível tamanhas modificações nos índices humanos com um Estado ausente socialmente? Será possível solucionar a pobreza, sem romper com o sistema que pressupõe a apropriação privada da riqueza socialmente produzida? Todas essas modificações seriam possíveis mediante ações de "sustentabilidade social", "empoderamento", dentre outras? A quem estariam atendendo os Relatórios e as projeções do Banco Mundial, trabalhadores ou detentores dos meios de produção?

A pobreza não é um fenômeno por si só explicável

A pobreza, no Modo de Produção Capitalista, não pode ser lida como um fenômeno isolado, distante da relação social posta por esta sociedade (que se mantém sob os pilares da contradição de classes, uma relação entre aqueles que vendem a sua própria força de trabalho e aqueles que a compram).

A pobreza não é um resquício de sociedades pré-capitalista, ou um produto de um insuficiente desenvolvimento. Ela é *um produto necessário do MPC*. O capitalismo, como sistema social de produção de valores, tem como resultado do seu próprio desenvolvimento a acumulação de capital por um lado, e a pauperização absoluta e

relativa por outro (ver Marx, 1980, I: 712, no capítulo XXIII). Desta forma, o próprio desenvolvimento capitalista, o aumento da riqueza socialmente produzida, não só não reduz a pobreza, como pelo contrário a produz e amplia: com mais desenvolvimento capitalista, maior pauperização (ver MONTAÑO, 2011). A maior riqueza produzida na sociedade comandada pelo capital não gera sua maior distribuição, mas sua acumulação. Quanto maior a riqueza socialmente produzida, maior a acumulação dela por alguns poucos (que dela se apropriam mediante a exploração de mais-valia) e maior a pauperização da maioria (que a produzem, mas pouco lhes resta em relação à riqueza por eles produzida).

Assim, pobreza não é um aspecto residual, transitório do capitalismo, é estrutural e resultado do seu próprio desenvolvimento. O capitalismo gera acumulação, por um lado, e pobreza por outro; jamais eliminaria nem um nem outro.

Aqui, neste debate, temos como referência os estudos de Marx em *O Capital* (1980) acerca da produção progressiva de uma *superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva* (EIR), partindo da análise da acumulação do capital. Inicialmente a acumulação do capital segue uma ampliação puramente quantitativa. Com o avanço das forças produtivas há uma derivação que leva à mudança qualitativa da "composição orgânica do capital" (Marx, 1980, I: 730-43), ocorrendo um acréscimo de sua parte constante (matéria-prima e meios de produção) em detrimento da parte variável (a própria força de trabalho). Relembremos que a força de trabalho, portanto, não só reproduz seu próprio valor, ela também cria valor excedente, mais valia (idem: 201 e ss.).

Essa mudança qualitativa na produção mecanizada tende a expulsar força de trabalho do processo de produção, enquanto a simples expansão quantitativa das fábricas absorve força de trabalho. Os trabalhadores são assim, constantemente repelidos e atraídos segundo as necessidades do capital.

Vale ressaltar que o produto do processo produtivo se decompõe em 3 partes: a) uma quantidade que só representa o trabalho contido (e transferido) nos meios de produção (representa o valor capital constante); b) outra onde só figura o trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho (representa o valor do capital variável); c) e uma terceira que só representa o trabalho excedente (a mais valia).

Portanto, partimos da constatação de que o trabalho (a relação orgânica com a natureza, a transformação da matéria-prima em produto, das mais variadas formas, utilizando os mais distintos meios, instrumentos e ferramentas) é fundamental para vida humana e a apropriação do excedente desse trabalho é a condição de sobrevivência da sociedade capitalista. Por conseguinte, a força de trabalho não pode ser descartada, pois é fonte de valor.

Na medida em que há o avanço das forças produtivas, há uma crescente diminuição da necessidade do capital variável. A redução relativa da parte variável do capital assume a aparência de um crescimento absoluto da população trabalhadora muito mais rápido que o do capital variável ou dos meios de ocupação dessa população. Mas a verdade é que a acumulação capitalista tende a produzir uma população trabalhadora supérflua, isto é, que ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital, tornando-se, desse modo, "excedente".

Com o aumento da potencialidade produtiva do capital (produto da apropriação privada do desenvolvimento tecnológico e das mudanças na organização da produção, ver Marx, 1980, I: 722-3), ou seja, com a ampliação da escala de produção (com maior produtividade e maior composição orgânica do capital), amplia-se a escala em que a atração maior dos trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão deles. Por isso, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, uma população supérflua, que por sua vez é fundamental para acumulação capitalista. Essa "população supérflua", expulsa (total ou parcialmente) do mercado formal de trabalho, foi assim tratada como "marginal".

A População pauperizada não é *marginal*, e sim necessária

Essa é uma discussão tão polêmica quanto necessária. Em contexto de análises individualizantes, guiadas ou pela tradicional racionalidade positivista ou pela emergente racionalidade pós-moderna, as análises micro-sociais sem mediações com a totalidade esbarram no binômio "integrado/marginal", "funcional/disfuncional", ou "incluído/excluído"; e categorias tão fundamentais como exploração, contradição, luta de classes, entre outras, saem de cena. Retomando Marx, o excedente populacional não é *marginal*, mas necessário e funcional ao capital; segundo o autor,

> se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a *alavanca da acumulação capitalista*, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado e mantido por ele (MARX, 1980, I: 733-4, grifos nossos).[2]

Sendo assim, por que o exército industrial de reserva (EIR) é tão importante para o capital? Fundamentalmente por proporcionar material humano em situações variáveis de expansão do próprio capital e por ser uma forma de regulamentação salarial. Assim, Marx apresenta as funções do EIR:

1) Oferta de material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital

O capital segue flutuações do mercado de consumo, safras etc., e para sua expansão necessita de força de trabalho disponível para desempenhar tarefas temporárias, que por sua vez são fundamentais para produção, mas com períodos determinados. Assim, com trabalhadores disponíveis não é necessário o deslocamento de outros que estão produzindo, não sendo necessária a redução ou interferências que prejudiquem a escala produtiva em outro ramo.

A disponibilidade de força de trabalho também favorece ao capital em momentos de alta e de baixa da produção, o que Marx chamou de ciclos industriais, ciclos que tendem a desembocar numa crise geral[3], e o beneficiado deste vai depender da correlação de forças entre as classes em questão. (735 – nota I).

Porém, a expansão súbita e intermitente da escala de produção só é possível mediante o material humano disponível, independentemente do crescimento absoluto da população. Esse aumento é criado pelo simples processo de 'liberar' continuamente parte dos trabalhadores. A produção capitalista necessita de uma quantidade de força de

---

[2]. Jose Nun*et alii* (1990) realizam um estudo sobre "A marginalidade na América Latina", num informe apresentado em 1967 para ILPES-CEPAL (Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social – Comissão Econômica para América Latina e Caribe) e DESAL (Centro para o Desenvolvimento Econômico e Social de América Latina). Nele apresentam-se os argumentos críticos à noção de marginalidade. Outras análises críticas sobre o conceito de marginalidade encontram-se em Quijano (1973) e Barbosa Lima (1983: 21 e ss.).

[3]. Sobre a crise estrutural do sistema do capital, ver, a partir dos fundamentos em Marx ao considerar os ciclos da produção capitalista (1980, III: 416), e o tratamento da ondas que Trotsky traz de Kondratieff, as análises de Mandel em "O Capitalismo Tardio" (1982) e "A Crise do Capital" (1980), e de Mészáros em "Para Além do Capital" (2002).

trabalho disponível, para funcionar à sua vontade, e para isso precisa de um exército industrial de reserva que não dependa de limites naturais.

Então, altera-se o suposto de que "ao acréscimo ou decréscimo do capital variável correspondem exatamente o acréscimo ou decréscimo do número de trabalhadores ocupados" (MARX, 1980, I: 737). Na verdade, "permanecendo o mesmo o número de trabalhadores empregados, ou até diminuindo, o capital variável aumenta se o trabalhador individual fornece mais trabalho, aumentando assim seu salário". Quer dizer: o aumento do capital variável pode aumentar o salário de alguns poucos trabalhadores produtivos, sem por isso aumentar o número de trabalhadores: "o acréscimo do capital variável é então índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores empregados" (*idem*: 737).

E esse trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a forte pressão que o EIR exerce sobre aquela massa empregada, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à *ociosidade forçada*, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas.

2) Regulação dos salários, e direitos trabalhistas

Outro ponto importante para salientar é que o EIR interfere no salário. O salário, por sua vez, está diretamente vinculado à relação de oferta e procura de força de trabalho no mercado. Assim, a equação fica bem fácil de decifrar, quanto maior a oferta, menor a procura, por conseguinte os salários tendem a decair. Isso porque os salários não são determinados pelas variações do número absoluto da população trabalhadora, mas, pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército da ativa e exército da reserva.

Ou seja, o EIR tem uma função econômica e política, e nesse caso quem sai com plena vantagem são os que compram a força de trabalho, que obedece a lógica da oferta e da procura, quanto maior a oferta de mão de obra menor o seu preço (salário).

Em momentos de escassez de trabalhadores disponíveis ou do EIR, tende a haver um aumento salarial e dos direitos trabalhistas.

Nem a busca por emprego por parte do trabalhador, nem a busca por trabalhadores por parte do capital, representam mecanismos naturais de crescimento, ou seja, a procura de trabalho, pelo capitalista, não se identifica com o crescimento do capital, nem a oferta de trabalho, pelo trabalhador, com o crescimento da classe trabalhadora. Essa relação de procura de trabalho e oferta de trabalho vincula-se à acumulação do capital, que age ao mesmo tempo dos dois lados. Se sua acumulação aumenta a procura de trabalho, aumenta também a oferta de trabalhadores, 'dispensando-os', ao mesmo tempo em que a pressão dos desempregados compele os empregados a fornecerem mais trabalho adicional:

> o capital age sobre ambos os lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação multiplica a demanda de trabalho, por outro multiplica a oferta de trabalhadores mediante a sua "liberação", enquanto, ao mesmo tempo, a pressão dos desocupados força os ocupados a porem mais trabalho em ação, portanto até certo ponto, torna a oferta de trabalho independente da oferta de trabalhadores (MARX, 1980, I: 742).

A relevância econômica e política do EIR para o capital já foi tratada; mas precisamos ainda ressaltar a sua sua importância ideológica. Em contexto de elevado desemprego, os trabalhadores empregados têm sobre seus calcanhares a ameaça da rápida substituição por outro trabalhador que certamente aceitará trabalhar em condições piores. Conforme Marx, "o movimento da lei da oferta e da procura de trabalho torna completo o despotismo do capital" (MARX, 1980, I: 743). Ainda, em contexto de crise, conforme aponta Mota (1995), a classe trabalhadora desenvolve um comportamento político individual e defensivo, onde para evitar a alternativa ao desemprego acaba aceitando perdas salarias e de direitos trabalhistas.

Breves considerações

Diante do já exposto podemos concluir que a *pobreza* tem no pensamento marxista um papel central. Tal centralidade sustenta-se no fato dela ser, não um processo deflagrado pelas carências individuais ou até de um determinado grupo ou região, mas uma determinação estrutural do próprio Modo de Produção Capitalista.

Isto porque, efetivamente, a pobreza (absoluta e relativa) é resultado do próprio desenvolvimento do capital. Para Netto,

> a pobreza, na ordem do capital e ao contrário do que ocorria nas formações sociais precedentes, *não decorre* de uma penúria generalizada, mas, paradoxal e contraditoriamente, de uma contínua produção de riquezas. (...) Se, nas formas de

> sociedade precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (...), [na sociedade burguesa ela se mostra] conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez. Numa palavra, [na sociedade burguesa a pobreza] se produz pelas mesmas condições que propiciam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua supressão (2007: 143).

Também, conforme Montaño (2011),

> no Modo de Produção Capitalista a pobreza (...) *é o resultado da acumulação privada de capital*, mediante a exploração (da mais-valia) (...) No MPC não é o precário desenvolvimento, mas o *próprio desenvolvimento* que gera desigualdade e pobreza. No capitalismo quanto mais se desenvolvem as forças produtivas, maior acumulação ampliada de capital, e maior pobreza (absoluta ou relativa) (...). Quanto mais riqueza produz o trabalhador, maior é a exploração, mais riqueza é expropriada (do trabalhador) e apropriada (pelo capital). Assim, não é a escassez que gera a pobreza, mas a abundância (concentrada a riqueza em poucas mãos), que gera desigualdade e pauperização absoluta e relativa.

A pobreza, nesta perspectiva, não é o resultado do insuficiente desenvolvimento capitalista, nem é o efeito marginal de uma fase de crise. No capitalismo, a pobreza é um produto estrutural de seu desenvolvimento. É que o desenvolvimento capitalista, o aumento da riqueza socialmente produzida, não deriva em maior distribuição, mas em maior *acumulação de capital*. No capitalismo, a maior riqueza produzida significa maior apropriação privada, e não maior socialização da mesma. E, a acumulação de riqueza por um lado, é complementada pela pauperização (absoluta ou relativa) por outro.

Nas palavras de Marx, "a magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce (…) com as potências das riquezas" (Marx, 1980, I: 747), o que leva Montaño a afirmar que "no MPC, a *pobreza* (...) é o *par dialético* da *acumulação*capitalista" (MONTAÑO, 2011).

A compreensão de uma necessariamente implica o estudo da outra. Em absoluto poderemos caracterizar corretamente os fundamentos da *pobreza*, no capitalismo, sem considerar os processos que fundam a *acumulação* de capital. Assim, os estudos que desconsideram esta determinação central do MPC estão fadados a uma análise meramente descritiva da pobreza, sem a compreensão dos seus fundamentos. Portanto, a pobreza é um fenômeno da própria "lei geral da acumulação capitalista".

Em idêntico sentido, as formas de intervenção social sobre as manifestações da "questão social" que apontam a "diminuir a pobreza" sem alterar em absoluto o processo e/ou o volume da acumulação capitalista, não passam de paliativos pontuais,

mesmo que necessários no contexto capitalista, para amenizar a pobreza, sem impactar nos fundamentos que a geram.

Para Marx, a pobreza (pauperização) é um fenômeno, no MPC, ligado ao próprio processo de produção, às relações de produção. A pobreza não é, no capitalismo, produto da carência, da escassez, como em sociedade pré-capitalistas, mas o resultado da *exploração* de força de trabalho pelo capital. É mediante esta relação entre capital (donos dos meios de produção) e trabalho (meros proprietários de força de trabalho), consubstanciada pela Lei Geral da Acumulação Capitalista, que parte da riqueza produzida pelo trabalhador (mais-valia) é apropriada (explorada) pelo capital. Neste processo, conforme Marx, se funda a "*pauperização absoluta*" (a força de trabalho expulsa do processo produtivo, a população sobrante, excedente às necessidades imediatas do capital) e a "*pauperização relativa*" (o assalariado que, mesmo considerando um significativo poder aquisitivo do seu salário, é submetido a um processo de empobrecimento *em relação* à riqueza por ele produzida, ampliando a mais-valia explorada, ampliando a diferença entre a parcela da riqueza que ele recebe e a que o capital se apropria, ampliando o fosso entre ele e seu patrão).

Marx não entende a *acumulação capitalista* sem considerá-la na sua relação com a pauperização. Ele também não concebe a *pauperização* sem vê-la como um efeito da acumulação de capital. Ambas são, para Marx, dois lados de um mesmo e único processo, fundado na exploração da força de trabalho pelo capital.

Assim, a *pobreza*, categoria em geral não assumida como questão central ou desprestigiada no debate profissional, *não é irrelevante*; nem no estudo dos fundamentos da sociedade comandada pelo capital, nem no estudo das sequelas da "questão social" e suas formas de expressão.

Bibliografia

ARREGUI, Carola C. e WANDERLEY, Mariangela B. "A vulnerabilidade social é atributo da pobreza?"; *in* Revista *Serviço Social & Sociedade*, n. 97. São Paulo, Cortez, 2009.

BANCO MUNDIAL. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial*. Washington, Banco Mundial, 1990, 2000 e 2002.

_____. *Globalização, crescimento e pobreza*. Washington, Banco Mundial, 2003.

BARBOSA LIMA, Sandra A. *Participação social no cotidiano*. São Paulo, Cortez, 1983.

FARIAS, F. A. e MARTINS, M. D. "O conceito de pobreza do Banco Mundial". *inRevista do Observatório das Nacionalidades* − Tensões Mundiais. Fortaleza, v. 3, n. 5, jul/dez. de 2007.

MANDEL, Ernest. *La crisis 1974-1980: interpretación marxista de los hecho*. México, Serie Popular, Era,1980.

_____. *A. Crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo, Ed. Ensaios, 1990.

MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

_____. *O Capital (Crítica da Economia Política)*. Livros I, II e III. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo, Boitempo, 2002.

MONTAÑO, Carlos. "Pobreza, 'questão social' e seu enfrentamento". (Mimeno) Rio de Janeiro, 2011.

_____ e DURIGUETTO, M. L. *Estado, classe e movimentos sociais*. São Paulo, Cortez, 2010.

MOTA, Ana Elizabete. "Reestruturação Produtiva e Serviço Social"; *inRevista Praia Vermelha*, n° 2, PPG-SS - UFRJ, 1999.

NETTO, José Paulo. "FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras"; *in* LESBAUPIN, I. (org.). *O desmonte da nação. Balanço do governo FHC*. Petrópolis, Vozes, 1999.

_____. "A construção do projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea"; *inCapacitação em Serviço Social e Política Social*, Mod. 1 Brasília, CEAD, 1999a.

_____. "Cinco notas a propósito da 'questão social'"; *in* Revista *Temporalis* n. 3. ABEPSS, Brasília, Grafline, 2001.

_____. *Marxismo impenitente*. São Paulo, Cortez, 2004.

_____. "Desigualdade, pobreza e Serviço Social"; *in* Revista *Em Pauta*, n. 19. FSS-UERJ, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2007. Disponível também em:

www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/viewFile/190/213. Acessado em junho de 2011.

_____. "Das ameaças à crise"; *in* Revista *Inscrita* n. 10. Brasília, CFESS, 2007a.